Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.202	2.028	Contas a pagar	6	72	87
Contas a receber		2	–	Obrigações tributárias e trabalhistas	7	52	73
Estoques	5	61	61	Dividendos a pagar		229	229
Tributos a recuperar		–	–			**353**	**389**
Outros créditos		134	2	**Não circulante**			
		1.399	**2.091**	Partes relacionadas	8	138	138
Não circulante				Provisão para demandas judiciais	9	15	5
Depósitos judiciais	9	49	49			**153**	**143**
Outros créditos	5	5	5	**Patrimônio líquido**			
		54	**54**	Capital social	10	3.276	3.276
				Prejuízos acumulados		(2.329)	(1.663)
						947	**1.613**
Total do ativo		**1.453**	**2.145**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.453**	**2.145**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 01 de setembro de 2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver, incluindo o custo de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento:

Descrição do bem	Taxa (%)
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33
Computadores e periféricos	20
Outros imobilizados	10

O reconhecimento dos itens do imobilizado e de suas eventuais partes significativas reconhecidos inicialmente é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do ativo. **(g) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(h) Provisões:** *a) Geral*: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. *b) Provisões para riscos trabalhistas*: A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(i) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Loja Barão de Jaguará - São Paulo - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; e • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros:** ***Ativos e passivos financeiros***: *a) Ativos financeiros*: *(i) Reconhecimento inicial e mensuração*: Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*: É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. *b) Passivos financeiros*: *(i) Reconhecimento inicial e mensuração*: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. *(ii) Desconhecimento (Baixa)*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. *(iii) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida*: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(l) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de Imposto de Renda e Contribuição Social. O Imposto de Renda é cálculo à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores mantidos como caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	2022	2021
Bancos	12	12
Aplicações financeiras	1.190	2.016
	1.202	**2.028**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos com restrição trata-se de recebimentos de valores específicos para projetos financiados. **5. Estoques:**

	2022	2021
Garage Cogeral l5	57	57
Loja Edifício Cogeral	4	4
	61	**61**

Os imóveis em 31 de dezembro de 2022 encontram-se disponíveis para vendas. Até que a vendas dos imóveis sejam realizadas a Companhia irá auferir receita de aluguel.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	11	361	352
Custo de locação	12	(516)	(834)
Lucro bruto		**(155)**	**(482)**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	13	(606)	(761)
Outras receitas		1	1
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(760)**	**(1.242)**
Despesas financeiras	14	(10)	(7)
Receitas financeiras	14	191	114
Resultado financeiro líquido		**181**	**107**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(579)**	**(1.135)**
Imposto de Renda	15	(59)	(39)
Contribuição Social	15	(28)	(21)
Prejuízo do exercício		**(666)**	**(1.195)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(666)**	**(1.195)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(666)**	**(1.195)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**3.276**	**(247)**	**3.029**
Prejuízo do exercício	–	(1.195)	(1.195)
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	–	4	4
Distribuição de lucros	–	(225)	(225)
Saldos em 31/12/2021	**3.276**	**(1.663)**	**1.613**
Prejuízo do exercício	–	(666)	(666)
Saldos em 31/12/2021	**3.276**	**(2.329)**	**947**

6. Contas a pagar:

	2022	2021
Pinheiro Neto Advogados	55	71
Fharos Serviços Administrativos	7	7
Cardillo & Prado Rossi Advogados	3	3
Sah Contábil	2	2
Outros	5	4
	72	**87**

7. Obrigações tributárias e trabalhistas:

	2022	2021
COFINS a Recolher	1	1
IRRF a recolher PF	10	21
CSRF Retido a recolher	2	1
IRPJ a pagar	12	9
CSLL a pagar	13	11
Pró–labore a pagar	11	23
INSS a recolher	3	7
	52	**73**

8. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui o montante de R$ 138 mil, oriundo da redução de capital realizada no exercício de 2012. O valor é devido aos seguintes acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Em reais	2022	2021
Diana Shor malach	137	137
Alex Gliksman Goldstein	1	1
	138	**138**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Pró–labore	309	391
	–	–

Não há outras operações com partes relacionadas. **9. Provisão para demandas judiciais:**

Natureza	2022	2021
Cíveis e tributárias	15	5
	15	**5**

Para as causas discutidas em juízo a Companhia depositou o montante de R$ 49 mil. Foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais perdas que possam resultar da resolução final de processos judiciais, além dessas provisões existem causas possíveis de perda, as quais totalizam R$ 9 mil. **10. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 3.726.331 (três milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e um reais), dividido em 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O valor ajustado da ação pelo patrimônio líquido está apresentado a seguir:

Acionista	%	Quantidade de Ações	Valor Unitário das Ações	Valor das Ações
Abraham Shor Myzkin	10,00%	430.000.000	0,0002	94.651
Aida Gliksman L. de Shor	10,00%	430.000.000	0,0002	94.651
Diana Shor Malach	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Jacqueline Perla Shor Gliksman	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Nathan Shor Gliksman	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Renato Alois Andriani Grinberg	3,75%	161.250.000	0,0002	35.494
Ricardo Jose Grinberg	3,75%	161.250.000	0,0002	35.494
Fund.Ben.Elijass Gliksmanis	15,00%	645.000.000	0,0002	141.976
Roni Askenazy	7,50%	322.500.000	0,0002	70.988
Ivan Peder Alois Glucksman	0,00%	1	0,0002	0
Alex Gliksman Goldstein	0,00%	61.232	0,0002	13
Miu Holdings Limited	5,36%	230.480.000	0,0002	50.733
Carlos Gliksman	1,00%	43.061.275	0,0002	9.479
Goldstone Overseas Corp.	25,14%	1.080.897.492	0,0002	237.925
Anna Charlotte G. Ronstrom	4,00%	172.000.000	0,0002	37.860
Jan Leopold Glucksman	4,00%	172.000.000	0,0002	37.860
Lisa Greene	3,00%	129.000.000	0,0002	28.395
Total	**100,00%**	**4.300.000.000**	**0,0002**	**946.506**

11. Receitas operacionais:

	2022	2021
Receita de aluguéis	376	370
Descontos	(1)	(5)
Impostos sobre locação	(14)	(13)
	361	**352**

12. Custos:

	2022	2021
IPTU	(144)	(173)
Seguros	(9)	(10)
Condomínio e outros custos	(363)	(651)
	(516)	**(834)**

13. Despesas por natureza:

	2022	2021
Pró–Labore	(309)	(391)
INSS	(63)	(78)
Perdas de Créditos Tributários	–	(246)
Prestadores de serviços e outros	(224)	(46)
Provisão para contingências	(10)	–
	(606)	**(761)**

14. Resultado financeiro líquido:

	2022	2021
Taxas, juros e comissões bancárias	(10)	(7)
Descontos obtidos	1	1
Rendimentos sobre aplicações financeiras	190	113
	181	**107**

15. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O Imposto de Renda é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R$ 60.000,00 no trimestre, e a Contribuição Social calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto. **16. Eventos subsequentes:** ***Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária***: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por eles, e em consonância com o CPC PME R1 na Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Seção 29 Tributos sobre o lucro e na Seção 32 Evento Subsequente, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(666)**	**(1.195)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais		
Provisão ou Reversão para demandas judiciais	10	(82)
PECLD	–	11
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	–	4
Baixa de créditos tributários não recuperáveis	–	265
	(656)	**(997)**
(Aumento)/diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(2)	312
Tributos a recuperar	–	–
Outros créditos	(132)	2
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(15)	(4)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(21)	22
Caixa líquido proveniente/(consumido) nas atividades operacionais	**(826)**	**(665)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(826)**	**(665)**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	2.028	2.693
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	1.202	2.028
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(826)**	**(665)**

DIRETORIA

Ivan Peder Alois Glücksman - *Diretor presidente*
Renato Alois Andriani Grinberg - *Diretor*
Jeane Maria Araujo de Souza
Contadora - CRC 1SP308277/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** ***Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais***: Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 49 mil, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. ***Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional***: A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022 prejuízo apurado no montante de R$ 666 mil (2021 - R$ 1.195 mil). Essa questão indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que, seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos:** ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***: Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à circularização bancos, limitação de análise sobre os depósitos judiciais e distribuição de lucros através da reserva legal datado em 14 de março de 2023. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de setembro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Andreia Gini de Souza
Contador - CRC 1 SP 270317/O-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/09/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**